



Secretaria de Política Econômica

Medida Provisória nº 608, de 28 de Fevereiro de 2013

**Crédito Presumido apurado com base em Créditos decorrentes de
Diferenças Temporárias oriundos de Provisões para Créditos de
Liquidação Duvidosa**

18 de Abril de 2013



Secretaria de Política Econômica

Ministério da
Fazenda



Crédito Tributário

Razões para ajustes na legislação

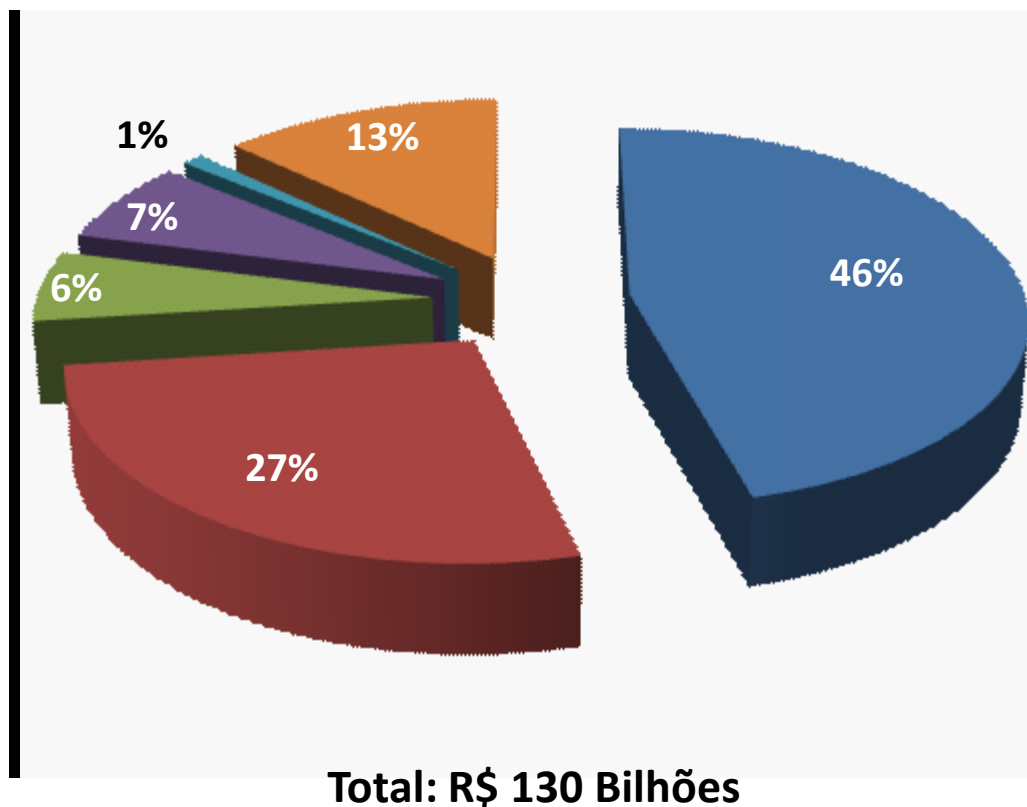
- A MP 608 visa ajustar nossa legislação para atender os requisitos de risco e liquidez estabelecidos nas novas recomendações para regulação de capital e liquidez, conhecidas como “Basiléia III”.
- O Brasil participou ativamente das discussões que levaram à revisão das diretrizes prudenciais de Basiléia III.
- Entre as recomendações há a necessidade de dedução de diversos ativos de menor liquidez tais como os créditos tributários.
- No Brasil, o principal impacto seria a dedução, quase que integral, dos créditos tributários na formação do “Capital Principal”, procedimento caracterizado como ajuste prudencial, com importantes impactos macroeconômicos negativos.
- A MP 608 visa fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras e mitigar os impactos macroeconômicos e financeiros decorrentes da implementação de Basiléia III.

Crédito Tributário

(Conceito)

- Admite-se o registro contábil de créditos tributários decorrentes de:
 - Prejuízos fiscais;
 - Base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
 - Diferenças temporárias.
- Para as instituições financeiras, as diferenças temporárias resultam, principalmente, de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), de Provisões Passivas e da marcação a mercado de TVM.
- Atualmente, o total de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias – PCLD correspondem a aproximadamente R\$ 60 bilhões (Posição – Junho/2012).

Créditos Tributários por Origem (Participação %)



Posição: jun/2012

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
- Provisão Passiva
- Marcação a Mercado
- Outros - Diferenças Temporárias
- Superveniência de Depreciação
- Prejuízo Fiscal de Base Negativa

Créditos Tributários por Diferença Temporal

- Para fins contábeis e prudenciais, as instituições financeiras devem provisionar os seguintes montantes, por período de atraso, em suas operações de crédito (Res. CMN nº 2.682/99):

Nível de risco	Dias de atraso*	% de PCLD
AA	0	0
A	1 a 14	0,5
B	15 a 30	1
C	31 a 60	3
D	61 a 90	10
E	91 a 120	30
F	121 a 150	50
G	151 a 180	70
H	Acima de 180	100

* No pagamento de parcela de principal ou de encargos.

Para operações com prazo superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos.

Créditos Tributários por Diferença Temporal

- Para fins tributários, o reconhecimento das despesas somente ocorre no momento em que a perda é considerada efetiva (Lei nº 9.430/96, art. 9º):

Valor	Prazo
Operações sem garantia	
Até R\$ 5.000,00	Após 6 meses
Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 30.000,00	Após 1 ano
Acima de R\$ 30.000,00	Após 1 ano *
Operações com garantia	
Qualquer valor	Após 2 anos **

* Desde que iniciados os procedimentos administrativos de cobrança.

** Desde que iniciados os procedimentos judiciais de cobrança.

Estudo de Caso

(Crédito decorrente de Diferenças Temporárias – PCLD – Ano-Calendário)

- Receitas no período: R\$ 500,00
- Despesa de PCLD: R\$ 100,00

	Ótica Prudencial (Res. CMN 2.682/99)	Ótica Fiscal (Lei 9.430/96)
Receitas de Operações de Crédito	500,00	500,00
Despesas PCLD	(100,00)	(100,00)
Lucro antes do IR/CSLL	400,00	400,00
Adição ao Lucro	-	100,00
Lucro tributável	400,00	500,00
IR/CSLL (40%)	(160,00)	(200,00)
Lucro Contábil	240,00	200,00

➔ Não atende aos requisitos da Lei 9.430 para ser caracterizada como perda de crédito

Diferença de IR/CSLL = R\$ 40,00 (40% x R\$ 100,00)



Crédito Tributário de Diferenças Temporárias

Medida Provisória nº 608, de 28/02/2013

- Permite às Instituições Financeiras a apurar o Crédito Presumido com base em Créditos decorrentes de Diferenças Temporárias oriundos de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), quando apresentarem de forma cumulativa, no ano-calendário anterior:
 - Créditos decorrentes de Diferenças Temporárias oriundos de PCLD; e
 - Saldo de Prejuízo Fiscal acumulado.

Medida Provisória nº 608, de 28/02/2013

- O art. 2º, § 2º estabelece fórmula para o cálculo do Crédito Presumido, conforme a seguir:

$$\text{Crédito Presumido} = \text{CDT} \times \left(\frac{\text{Prejuízo Fiscal}}{\text{Capital Social} + \text{Reservas de Capital}} \right)$$

onde:

CDT corresponde aos Créditos decorrentes de Diferenças Temporárias oriundos de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quanto mais elevado for o montante do Prejuízo Fiscal em relação ao Patrimônio Líquido (Capital Social + Reservas de Capital) da Instituição, maior o montante de créditos tributários a serem transformados em Crédito Presumido.

Estudo de Caso

(Crédito Presumido – Ano-Calendário Anterior)

–	Crédito decorrente de Diferenças Temporárias - PCLD:	R\$ 40,00
–	Prejuízo Fiscal:	R\$ 100,00
–	Patrimônio Líquido (Capital Social + Reservas de Capital)	R\$ 1.000,00

➡ Requisitos

$$\text{Crédito Presumido} = \text{CDT} \times \left(\frac{\text{Prejuízo Fiscal}}{\text{Capital Social} + \text{Reservas de Capital}} \right)$$

$$\text{Crédito Presumido} = 40 \times \left(\frac{100}{1.000} \right) = 40 \times 0,10 = 4$$



Possibilidade de ressarcimento em espécie ou em
títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal

Medida Provisória nº 608, de 28/02/2013

- O art. 6º estabelece fórmula para cálculo do valor a ser adicionado ao lucro líquido, para fins de apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

$$\text{Adição} = \text{CDT} \times \left(\frac{\text{Parcela Efetivamente Recebida}^*}{\text{PCLD}} \right) \times \left(\frac{1}{\text{IRPJ} + \text{CSLL}} \right)$$

* em função do pagamento, renegociação ou repactuação de operações que deram causa à constituição de PCLD.

O percentual de recuperação de créditos provisionados como créditos em liquidação definirá o montante de Crédito Presumido a ser incorporado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Estudo de Caso

(Ajuste ao Lucro Real – Ano-Calendário Posterior)

– Crédito decorrente de Diferenças Temporárias - PCLD:	R\$ 40,00
– Parcela recuperada por meio de renegociação	R\$ 20,00
– Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:	R\$ 100,00

$$\text{Adição} = \text{CDT} \times \left(\frac{\text{Parcela Efetivamente Recebida}}{\text{PCLD}} \right) \times \left(\frac{1}{\text{IRPJ} + \text{CSLL}} \right)$$

$$\text{Adição} = 40 \times \left(\frac{20}{100} \right) \times \frac{1}{0,40} = 40 \times 0,20 \times 2,5 = \mathbf{20}$$



Adição ao Lucro Líquido para fins de apuração
do Lucro Real

Medida Provisória nº 608, de 28/02/2013

- No caso de falência ou liquidação extrajudicial - Art. 3º, o saldo de Créditos decorrentes de Diferenças Temporárias oriundos de PCLD, apurado na escrituração societária, corresponderá ao Crédito Presumido a partir da data da decretação da falência ou da liquidação extrajudicial.
- O Crédito Presumido poderá ser objeto de perdido de ressarcimento em espécie ou em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal – Art. 4º.
- A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil disciplinarão o disposto nesta Medida Provisória, em suas respectivas áreas de atuação – Art. 9º.



Secretaria de Política Econômica

Pablo Fonseca Pereira dos Santos

Secretário Adjunto de Políticas Microeconômicas

E-mail: pablo.fonseca@fazenda.gov.br